



**Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento “Plano Diretor de Dutos de São Paulo”, de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S/A–Petrobrás, realizada na cidade de Paulínia, em 08 de abril de 2008.**

Realizou-se, no dia 08 de abril de 2008, às 17 horas, na Câmara Municipal de Paulínia, Rua Carlos Pazetti, 290 – Bairro Vista Alegre, Paulínia–SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento “Plano Diretor de Dutos de São Paulo”, de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S/A–Petrobrás (Proc. SMA 13.853/2006). Dando início aos trabalhos, a Secretária-Executiva Adjunta do Consema, Cecília Martins Pinto, declarou que, em nome do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Paulo Souza, Secretário de Meio Ambiente de Paulínia, Prof. Mário Antonio Furlan, Secretário de Esportes e Recreação de Paulínia, Cícero Luiz de Brito, Secretário Municipal de Segurança Pública de Paulínia, Waldir Tolentino de Freitas, Curador da Prefeitura Municipal de Paulínia -, do Poder Legislativo, nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Vereadores do Município de Paulínia Jonas Santa Rosa e Jamir Menali, dos órgãos públicos, das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento “Plano Diretor de Dutos de São Paulo”, de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S/A–Petrobrás (Proc. SMA 13.853/2006). Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições estas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o Secretário-Executivo esclareceu que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que têm alguma coisa a dizer sobre o empreendimento possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Em seguida, expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas, e compôs a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, Gilberto Gama. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Depois de Alfredo Alves da Fonseca, Gerente de Estudos e Acompanhamentos da Petrobrás apresentar um breve histórico da empresa e as principais características do projeto que se pretendia implantar, Gustavo de La Reza, representante da empresa de consultoria Habitec, apresentou, com detalhes, os estudos ambientais, dando ênfase à análise dos principais aspectos do empreendimento, aos estudos realizados e às medidas que seriam implementadas para mitigar e/ou compensar os principais impactos que serão causados. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. José Fernando Calistrón Valle teceu os seguintes comentários: 1) que sua intervenção focalizaria os impactos diretos e indiretos que seriam causados especificamente no Município de Paulínia, nas fases de implantação e operação deste empreendimento, que, na sua opinião, não se restringiria à construção dos dutos, mas, também, à capacidade de produção da Refinaria Paulínia, o que, portanto, ele causaria outras conseqüências,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

como, por exemplo, o incremento das emissões atmosféricas e do consumo de água; 2) que o traçado proposto atravessaria algumas áreas de proteção ambiental, entre as quais, a APA do Juqueri-Mirim e a área do entorno do Sistema Cantareira, sendo este último responsável pelo abastecimento tanto do seu entorno como da Região Metropolitana de Campinas, impactos estes que o EIA/RIMA considerou significantes; 3) que a empresa de consultoria Habitec, em sua apresentação, defendeu os interesses do empreendedor, motivo este que o levava a solicitar aos representantes do Consema que, ao apreciar a viabilidade ambiental deste empreendimento, não levassem em conta apenas a implantação do duto; 4) que estes estudos conceberam como medidas mitigadoras aquelas que, na realidade, visavam a redução de impactos. Jonas Santa Rosa, igualmente representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, teceu os seguintes comentários: 1) que, como conselheiro do Consema e representante do Grupo de defesa Ecológica-Grude, dava seu testemunho de que este projetor possuía um significativo aspecto positivo, que era a desativação dos dutos na área central de São Paulo, os quais representavam um potencial de risco muito grande para a população; 2) que mesmo assim reconhecia que a implantação desse plano diretor causaria grandes impactos ambientais negativos aos vinte e sete Municípios cujos territórios seriam atravessados por ele, inclusive em decorrência, principalmente, da intensa movimentação de trabalhadores e máquinas, o que alteraria o cotidiano da população; 3) que poderiam ser gerados impactos sociais com a desmobilização de mão-de-obra contratada no início da obra, pois muitas pessoas, mesmo desempregadas, acabam fixando-se no Município, contribuindo, desse modo, para o agravamento dos índices de violência; 4) que se tratava de uma obra de risco, uma vez que os oleodutos causavam uma pressão equivalente à faixa entre quarenta e setenta quilos de quilo/força por centímetro quadrado; 5) que, além desta significativa pressão, a densidade e a viscosidade eram consideravelmente altas, tornando necessária à utilização de bombas com vários estágios de modo a tornar possível que os produtos que ele conduz se desloque até a capital e, posteriormente, rompa a barreira da serra; 6) que outro impacto preocupante consistiria na fragmentação da vegetação, interrupção de corredores ecológicos e o surgimento de processos erosivos decorrentes da retirada da vegetação rasteira; 7) que os dutos atravessarão córregos, lagos, rios, represas, rodovias e ferrovias, o que demandava a elaboração de estudos minuciosos dessas áreas que fazem parte da Bacia Hidrográfica do rio Piracicaba, e que, se o Rio Atibaia sofrer um vazamento de óleo, isso afetará diretamente o abastecimento de água de 1,5 um milhão de pessoas; 8) que, no que concernia às medidas de mitigação e de compensação, era preciso que os recursos fossem aplicados na região que sofrerá o impacto, e que não se repetisse o que aconteceu com as compensações ambientais oriundas da implantação da Rodovia dos Bandeirantes, que não foram utilizadas para diminuir os impactos que este empreendimento causou nos corpos d'água, brejos e lagoas existentes nos Municípios de Americana e de Santa Bárbara D'Oeste, mas, sim, na aquisição de veículos novos uma Secretaria do Governo do Estado de São Paulo. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das entidades da sociedade civil. Laércio Nale, representante da Associação dos Moradores do Jardim Calegares de Paulínia, comentou: 1) que, como morador de Paulínia há mais de quarenta anos, pela terceira vez participava de uma audiência pública, procedimento este que considerava uma boa oportunidade para a sociedade vislumbrar os pontos positivos e negativos que uma obra com a amplitude desta pode causar; 2) que lamentava que, como contrapartida do significativo passivo ambiental que esse empreendimento causará, especialmente no que dizia respeito aos recursos hídricos, fossem criados no Município de Paulínia apenas um pequeno número de postos de trabalho. Henrique Padovane, representante da Associação Paulinense de Proteção Ambiental, depois de



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

manifestar sua preocupação no que dizia respeito ao desenvolvimento insustentável proposto para os Municípios de Paulínia, Americana e região, com o esgotamento dos mananciais, em consequência da sobreposição do desenvolvimento econômico ao meio antrópico e às espécies que compunham o equilíbrio ecológico, comentou: 1) que a Cetesb era testemunha das reclamações feitas pela comunidade, inclusive de madrugada, em virtude dos ruídos provocados que se situavam acima dos limites permitidos e da poluição atmosférica, que vem levando crianças e idosos a vivenciarem o agravamento de seus problemas respiratórios; 2) que a Replan captava água no Rio Jaguari e lançava seus efluentes no Rio Atibaia, em confronto com as determinações do Conselho Nacional de Meio Ambiente-Conama; 3) que o mini-pantanal se encontrava assoreado e o ecossistema existente na região de Paulínia estava morrendo, e a falta de água nas cidades que se localizavam à jusante, como Sumaré, era cada vez maior; 4) que era porta-voz não só da população que vinha sofrendo como, também, do "clamor" dos pássaros, peixes e demais animais que compunham a fauna silvestre e não tinham voz, mas que morriam como morreram os peixes do Rio Atibaia, o que comprometeu o turismo ecológico da região; 5) que, em sua opinião, o responsável principal por todos esses problemas era o pólo petroquímico e que, por todos estes motivos, era fundamental que os projetos fossem apresentados à comunidade nas audiências públicas, como acontecia neste momento, pois, se no passado, esses procedimentos tivessem sido adotados, tantas empresas não teriam se instalado nesta região. Vonei Amorim, representante do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal e membro do Condema de Paulínia, declarou que, como todos sabiam, se iniciava na Refinaria de Paulínia a produção de petróleo, e que, com o aumento da capacidade de produção, se faria necessário utilizar uma quantidade cada vez maior de água – recurso este já bastante escasso na região - e incrementar as emissões atmosféricas. Valmor Amorim declarou: 1) que chamava atenção para a forma como a Petrobrás vinha-se comunicando com as comunidades afetadas diretamente por seus empreendimentos, como bem demonstrava o fato de esta audiência só se realizar em Paulínia em face da solicitação de alguns órgãos da sociedade civil, o que era lamentável por demonstrar que a empresa, através deste projeto, não seguiu a linha de atuação adotada por ocasião do licenciamento da Replan em 2007; 2) que, de maneira pró-ativa, a Petrobrás divulgou e difundiu o projeto para a comunidade, adequando-se tão somente a uma conformidade legal, pois deixava de lado a responsabilidade social e ambiental, o que requereria que se aproximasse das comunidades do entorno com transparência - precisamente das lideranças, que eram porta-vozes de suas demandas; 3) que lamentava o fato de a Petrobrás ter afirmado que o plano diretor de dutos não traria impactos para a região de Paulínia; 4) que o EIA/RIMA deveria levar em consideração os fatores agregados a este empreendimento, e não somente a construção dos dutos, ou seja, que era preciso levar em conta o produto que será transportado para os tanques de estocagem da refinaria e que passará por um processo de destilação, o qual gerará impactos numa região altamente saturada do ponto de vista hídrico e das emissões atmosféricas; 5) que era preciso se buscar uma alternativa viável para compensação e mitigação dos impactos decorrentes da ampliação da capacidade de produção da unidade industrial de Paulínia, que virá através destes dutos, que trará óleo e transportará produtos industrializados da refinaria, e que não se podia separar a Replan do Plano Diretor de Dutos, pois eram conjugados e os danos igualmente constituirão seu legado para a população. Hamilton César Dias, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paulínia, declarou que: 1) que esta audiência era de suma importância para Paulínia que, ao longo dos anos, implementou uma política de desenvolvimento que contou com a participação efetiva da Petrobrás, que muito contribuiu, inclusive, para arrecadar tributos para o Município; 2) que deveria ser



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

justificado porque a estação de monitoramento da qualidade do ar se localizava na Vila Bressani, e não em local mais próximo da Petrobrás, o que seria mais útil para a comunidade, por ser mais um instrumento capaz de identificar as emissões próximas de sua fonte. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas em seu próprio nome. Nadir dos Santos Gredinaro, depois de declarar que, cada vez que participava de uma reunião da Petrobrás, tinha orgulho de ser brasileira, comentou que estava preocupado com a escassez de recursos hídricos na região de Paulínia, especialmente no que concernia à captação de água no Rio Jaguari, e que, no que em relação ao despejo de efluentes industriais e domésticos no Rio Atibaia, em contato com a Petrobrás lhe foi informado que a responsabilidade era de uma empresa terceirizada, que realizava trabalhos no mini-pantanal e descartava no rio, que não era de propriedade desta empresa, e que a Petrobrás não poderia assumir o compromisso de despoluir o mini-pantanal para que o sistema de turismo fosse revitalizado. Alaíde Evangelista Figueiredo, depois de declarar que tinha uma ressalva a fazer no que concernia à responsabilidade sócio-ambiental da Petrobrás, cuja missão, como dizia seu lema, era “manter o diálogo com as comunidades com base nos valores de segurança, meio ambiente e saúde, com ênfase à preservação da natureza”, questionou em que condições se estabelecia o diálogo desta empresa com as comunidades, uma vez que praticamente a sociedade não possuía qualquer informação, como bem comprovava o fato de as pessoas que participaram desta audiência sem qualquer conhecimento acerca do projeto, comentou: 1) que tudo levava a crer que, em Paulínia, os Poderes Executivo e Legislativo não tinham responsabilidade com a população, pois nada era discutido com a comunidade e solicitou esclarecimentos a respeito do sistema de gestão ambiental, que envolvia o monitoramento da flora e da fauna, a implementação do plano de compensação ambiental e do programa de avaliação e salvamento do patrimônio arqueológico; 2) em que medida este empreendimento envolvia a capacidade hídrica da região, especialmente no que concernia às futuras gerações; 3) que era preciso esclarecer se tudo o que estava sendo prometido pela Petrobrás seria cumprido. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Paulo Souza, Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Paulínia, comentou: 1) que se encontrava em operação há alguns anos um sistema de dutos da Petrobrás, que percorria todo o Município de Paulínia, e que, por ocasião de sua implantação, a comunidade não teve oportunidade de contribuir, mas que hoje a postura da empresa era diferente; 2) que, graças a um recurso interposto pela Secretaria de Meio Ambiente de Paulínia, foi solicitada a realização desta audiência que, como se constatava, constituía a oportunidade de a população local discutir e externar suas opiniões e questionamentos; 3) que a preocupação com este empreendimento não se restringia ao Município de Paulínia, mas dizia respeito a todos os Municípios por onde passarão os dutos, uma vez que se tratava de uma atividade de grande magnitude, o que representará um risco potencial, pois gerará problemas ambientais; 4) que o empreendedor estava aprendendo com seus próprios erros e tinha de buscar, juntamente com a sociedade que sofreria os impactos a melhoria das condições das instalações; 5) que agradecia à Secretaria de Estado do Meio Ambiente o respeito que teve pela comunidade, acatando o pedido de realização dessa audiência pública na cidade. Passou-se à etapa das réplicas. Alfredo Alves da Fonseca, Gerente de Estudos e Acompanhamentos da Petrobrás, ofereceu os seguintes esclarecimentos: 1) que agradecia as contribuições oferecidas pelos presentes, e que as contribuições seriam utilizadas para enriquecer o projeto; 2) que o duto previsto sairá da Refinaria de Paulínia e se estenderá até o Terminal de Guararema, com 18 polegadas de diâmetro para transporte de óleo combustível, um produto derivado do processamento que ocorre dentro da refinaria, e que vinha sendo escoado por outro duto, o Opasa 16, que atravessa o Terminal de Barueri



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

e vai para São Caetano; 3) com a implantação do plano diretor o circuito vai ser interrompido, criando a necessidade desse fazer um novo trajeto para transporte do óleo combustível produzido na Replan, ou seja, o projeto da refinaria era um e o plano de dutos era outro, que tem objetivo logístico; 4) que será suspensa a operação de óleo combustível do atual duto, passará a operar com outros produtos; 5) que a Petrobrás busca sempre a utilização das mais modernas tecnologias em nível nacional e internacional disponíveis para implementar seus empreendimentos; 6) que a Petrobrás iria considerar todas as contribuições obtidas nas audiências públicas sobre o projeto, e atenderia a todas as condicionantes determinadas pelo órgão ambiental, tanto em relação aos aspectos construtivos como legislações pertinentes; 7) que seriam utilizadas tecnologias modernas de controle de emissões, com tanques de tetos fixos e teto interno flutuante; 8) que em relação as ações de comunicação elas foram iniciadas em 2006/2007, com a realização de fóruns públicos e fóruns técnicos nos 27 municípios que seriam atravessados pelos dutos, para dar conhecimento a população e as autoridades como seria implementado o projeto, além de publicações na imprensa, envio de convites, implantação de uma central 0800 para informar sobre o projeto; 9) que os impactos em Paulínia seriam reduzidos, pois não haverá alargamento de faixas de duto, e sim a desativação do que funcionava atualmente, nem que haja necessidade de relocação de pessoas. Gustavo de La Reza, representante da empresa de consultoria Habitec, ofereceu os seguintes esclarecimentos: 1) que os estudos elaborados referiam-se ao Plano Diretor de Dutos e não a ampliação da Refinaria de Paulínia, e que sobre este outro projeto não poderia oferecer informações mais detalhadas; 2) que o EIA/RIMA trata de forma detalhada uma série de medidas de controle ambiental que seriam implantadas nas fases de construção e de operação dos dutos nas áreas de proteção ambiental como Cantareira, Campinas e Serra do Mar, tanto para proteção de mananciais como da biodiversidade; 3) que foi feito estudo de análise de risco referente ao transporte de óleo combustível no duto, que será bem mais moderno que o em operação e terá maior capacidade justamente para fazer frente as necessidades futuras com a ampliação das refinarias; 4) que o EIA contempla de forma detalhada a fragmentação da vegetação, esse buscou priorizar o traçado com menos interferência na vegetação; 5) com relação a transposição de áreas de risco como rios, rodovias e ferrovias nestes casos seria feito “furo direcional”, ou seja o duto passaria por baixo da calha do rio e por baixo das rodovias e ferrovias; 6) que não haveria transposição em represas, muito pelo contrário, se estaria desativando o duto que vinha do Terminal de Cubatão e passava pela Represa Billings até atingir o Terminal de Capuava no ABC, e novo duto contornaria a Billings, evitando passar por área de mananciais; que as emissões seriam reduzidas com o uso de novas tecnologias especialmente nos tanques presentes nos terminais de Guararema e Mauá; 7) que a aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental referentes a Lei Snuc era definida pela Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a serem aplicados em unidades de proteção integral da região de interferência dos projetos; 8) que a recomposição florestal obrigatória seria feita preferencialmente em áreas de mata ciliar de mananciais ou em áreas degradadas localizadas dentro de unidades de conservação de proteção integral; 9) que embora os impactos previstos para a cidade de Paulínia fossem pequenos eles nunca foram considerados pela Petrobrás como desprezíveis; 10) que a execução dos programas propostos no EIA/RIMA seriam controlados trimestralmente pela Secretaria do Meio Ambiente através da elaboração de relatórios pela Petrobrás, além da fiscalização da Cetesb e o próprio controle social exercido pela comunidade. A Secretária-Executiva Adjunta do Consema declarou terem sido seguidas as etapas das audiências e informou que todas as pessoas que desejarem ainda contribuir para o aprimoramento desse projeto terão até o dia 18 de março para fazê-lo, ou



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

encaminhando sua contribuição, pelos Correios, para a Secretaria-Executiva do Consema ou protocolando-a diretamente nesse setor. Depois de agradecer, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, a presença de todos, declarou encerrados os trabalhos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora da Divisão de Documentação da Secretaria Executiva do Consema, lavrei a assino a presente ata.